

Revisão de Prestes Motta - parte I

Prestes Motta foi um dos maiores pensadores brasileiros sobre as organizações e, por isso, merece que se faça uma breve revisão de seus textos. Abaixo, fazemos isso.

Motta, desde o princípio de sua produção, deixa claro seu posicionamento e a abordagem que utiliza para desenvolver seu trabalho. Teórico marxista, ele afirma que sua obra não é e nem pretende ser neutra. Pelo contrário: afirma que ele estava comprometido na causa da justiça e progresso social. Não só afirma isso, como escreve que "o estudioso da organização deve estar atento às razões e conseqüências do tipo de pesquisa se envolve, do tipo de conhecimento que produz e a quem este conhecimento serve" (p. 18).

O momento atual, escreve, é dominado pela razão instrumental, na qual o modelo burocrático capitalista constrói um tipo de organização que controla e oprime as pessoas dentro nas sociedades. Essa dominação se inicia desde cedo, pela influência da família e das organizações de ensino formal, legitimando o Estado e a dominação da lógica da tecnoburocracia. O sistema de ensino reflete o sistema econômico e político vigente, mais reprimindo e recalando do que estimulando.

Somente a autonomia seria capaz de revolucionar essa estrutura organizacional em que nos encontramos. A educação patrocinada pela burocracia nada mais faz do reproduzir a sua lógica, o da dominação, e somente pela prática da autonomia haveria condições para uma real mudança da sociedade.

A burocracia reproduz uma ordem política, independentemente das suas diversas formas distintas encontradas ao longo da história, em que se fundamenta em regras de caráter geral, impessoal e altamente abrangente, expressando-se em formas de

conduta organizada segundo rotinas pré-estabelecidas, a qual repugna o novo e o inesperado.

A história da burocracia é a história da concentração de poder e da incorporação dessa lógica pelas diversas sociedades. Com o advento do capitalismo, a burocracia serve, em um primeiro momento, aos interesses da classe burguesa, mas com o tempo, ela passa a defender os seus próprios interesses, em que o Estado cumpre fundamental importância. O Estado moderno, com sua constituição, expansão e institucionalização como aparelho de administração e controle de um número crescente de setores da vida social, é poderosa fonte (p. 45). O Estado, ao promover as organizações de ensino, fazem com que a educação moderna e convencional não se preocupe com o desenvolvimento de pessoas, mas sim com a cumplicidade dos pais em verem seus filhos "bem sucedidos", com o desenvolvimento funcional ou profissional. Mesmo as universidades são espaços burocráticos, baseados em um sistema educacional reprodutor de um determinado tipo de sociedade: a burocrática.

Dentro do estágio atual de desenvolvimento, as burocracias se defrontam com uma contradição: a de assumir uma fachada de representatividade quando, na verdade, continuam representando a dominação e a autoridade. Os burocratas se vestem da imagem de representantes dos administrados, lutando pela manutenção de suas posições e desafiando os aspirantes como ameaçadores desse poder.

A ideologia dominante é que há condições de igualdade de oportunidades para escalar os postos burocráticos. Essa ideologia é confrontada pelo fato de que quem tem maior capital cultural e de relações sócias possuem maior capacidade de rápida ascensão dentro das organizações. Essa contradição é amenizada por mediações econômicas, psicológicas, políticas e ideológicas que buscam "domesticar" e enquadrar as pessoas para a legitimação desse tipo de organização, reproduzindo a dominação.

Essa dominação, analisados pela literatura de Foucault e Goffman, mostram que a tecnoburocracia cria um tipo distinto de

controle social: pelo *poder disciplinar*, em que a vigilância passa a ser a forma de controle social. Nesse processo, há a *mortificação do eu*, que, por meio de seus rituais, fazem com que as pessoas se conformem.

A escola, mais uma vez, é responsável pela reprodução da submissão e disciplina.

As crianças são preparadas para serem dóceis e disciplinadas, estando assim aptas para galgarem degraus da vida burocrática que as esperam. Espera-se que a escola prepare para a vida, mas na sociedade burocrática, preparar para a vida é preparar para ser dirigido, enquadrado e condicionado, e para talvez um dia também fazer isto com outros.

Dentro dos processos de produção econômica, a implementação da manufatura fez o trabalhador perder o controle do processo trabalho. A indústria fez com que o trabalhador perdesse o domínio do próprio trabalho (transferido para a máquina que determina o ritmo do trabalho, subordinando o trabalhador). A automação conduz o trabalhador a torna-se simples vigilante, perdendo contato com a matéria e máquina - o mundo do trabalho.

A automação faz com que se acentue a impessoalidade nos mecanismos de controle, amenizados pela pretensa participação - como nos Círculos de Controle de Produção.

As mudanças na estruturas organizacionais não são uma superação da burocracia, mas o fortalecimento da burocracia, agora legitimada pelo conhecimento especializado. É o conhecimento como fonte de legitimação que fortalece o poder regulamentador e a razão instrumental (p.110). A automação se coloca a serviço da dominação burguesa e da tecnoburocrática, tornando-se assim um poderosíssimo instrumento de controle social (p.107).

O Estado sempre foi uma fonte muito importante de poder tecnoburocrático e observe-se que quanto mais forte esse poder, maior a atenção dada à formação do consenso, o que leva a pensar que quanto menos consenso menos controle, menos legitimidade e, finalmente, que quanto menos legitimidade, menos

poder para as elites dirigentes e mais poder para a sociedade (p.135). O fato de convivermos com a ideologia da escola libertadora, segundo a qual, o sistema escolar é um fato de mobilidade social, quando a evidência mais clara é de que ele se constitui num dos meios mais eficazes de conservação social, à medida que fornecendo uma aparência de legitimidade às desigualdades sociais e dando uma sanção à herança cultural, trata o dom social como dom natural (p.137).

A escola transforma desigualdades de fato em desigualdades de direito, garantindo a transmissão hierárquica do poder e dos privilégios, função dissimulada sob a aparência da neutralidade. A escola é o monopólio, em termos de utilização, das classes sociais mais favorecidas. O ideal de educação para todos esconde a lógica da reprodução do capitalismo, e, portanto, da tecnoburocracia, tornando-se num discurso legitimador.

Por fim, o autor cita que queria contribuir com uma visão que as leituras tradicionais não permitiam, possibilitando uma visão reflexiva das organizações contemporâneas.

Continuando, em Motta (1986b), o autor debate a questão da autonomia da sociedade ante as formas burocráticas de dominação. A análise, assumidamente marxista, insere a teoria organizacional nesta discussão, defendendo que ela deve ser entendida como uma ideologia do poder ou contra o poder e como uma ideologia política repressiva, que convive com uma outra, de caráter libertador.

Questionando a idéia de neutralidade nas Ciências Sociais, o autor defende que a teoria organizacional crítica e reflexiva não pode dissociar a empresa, o Estado e a escola das relações de dominação e de produção. A teoria organizacional tradicional, ou não reflexiva, na opinião de Prestes Motta, usaria o mito da neutralidade científica a fim de promover uma investigação primordialmente voltada para a confirmação de hipóteses do poder. Promovendo uma divisão meritocrática entre o saber comum e o saber científico, faria com que essas hipóteses adquirissem um caráter específico: o de verdade científica.

A especificidade da empresa - defende Prestes Motta - só terá tratamento adequado se compreendermos que "as lutas entre o proletariado e o capital precisam ser vistas tanto do ponto de vista do aumento da mais valia relativa quanto do processo de luta operária pela quebra semi-organizada da disciplina da fábrica" (58). A seu ver, a emergência de uma consciência de classe entre os trabalhadores passaria por uma contracultura destinada a negar a mentalidade burocrática.

Referências:

MOTTA, F. P.; **Organização e poder: empresa, Estado e escola**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____; O autonomismo e a questão da organização, **Revista de Administração de Empresas**, 26 (1), p. 57-66, Rio de Janeiro, 1986(b).

____ & BRESLER, Ricardo; A Valorização do Estrangeiro como Segregação nas Organizações; **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, 2001: pp. 59-79.